

# A mesma velha canção

Os governadores dos Estados estão, mais uma vez, pedindo socorro financeiro ao governo federal. Querem, entre outras coisas, o alongamento dos prazos de pagamento e a redução dos juros de suas dívidas com a União, mesmo as que foram renegociadas há dois anos e, novamente, em dezembro do ano passado.

É, de fato, pesada a herança que os atuais governadores receberam de seus antecessores. Dívidas muito altas, despesas em crescimento vegetativo em decorrência de benefícios concedidos no passado aos funcionários públicos, falta de recursos até mesmo para o pagamento de despesas de custeio caracterizam a situação financeira da maioria dos Estados. Medidas que boa parte dos governadores vem tomando para, nas circunstâncias atuais, equilibrar despesas e receitas, ou pelo menos para reduzir o déficit potencial, não têm dado os resultados esperados e estão provocando, em alguns casos, a semiparalisa dos serviços públicos. Tudo isso serve para justificar mais uma operação de socorro, que será negociada, em nome do governo federal, pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Entretanto, quaisquer que sejam suas condições, esta nova renegociação da dívida dos Estados com a União não significará uma solução para o problema. "Por mais que se resolva a dívida, isso não resolve a questão", resumiu o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao receber no Palácio do Planalto 26 governadores que lá compareceram para pedir socorro. A solução, como lembrou o presidente, está em cortar pela raiz as causas do problema. "E a raiz da questão é que os gastos não podem continuar [crescendo], sobretudo os gastos com pessoal, porque não há recursos para fazer frente a eles."

A solução, a verdadeira — e não apenas um paliativo, como o alongamento dos prazos das dívidas antigas dos Estados sem a garantia de que eles não precisarão assumir dívidas novas em prazo muito curto —, está em romper as amarras que impedem o setor pú-

blico de reduzir de maneira permanente seus gastos, sobretudo os relativos ao funcionalismo e, no caso do governo federal, também com o sistema previdenciário. Do contrário, os governadores e também o presidente da República, como bem lembrou Fernando Henrique, gastarão não apenas a terça parte do mandato que já gastaram, mas todo ele, "numa incessante busca de soluções que não são soluções".

Como em negociações anteriores, também desta vez os governadores oferecem como moeda de troca seu apoio aos esforços do governo federal para a aprovação das reformas, sobretudo a administrativa e a previdenciária. Como em negociações anteriores, o governo federal dispõe-se a pagar antecipadamente, aceitando a renegociação da dívida dos Estados antes de receber o que lhe está sendo prometido. O risco é o de não recebê-lo, como não recebeu no passado.

A conta dessas negociações vem caindo sobre o Tesouro Nacional — isto é, no bolso dos contribuintes. No primeiro trimestre deste ano, a União teve um déficit de R\$ 1,5 bilhão. O resultado negativo deveu-se basicamente ao pagamento de juros, que totalizou R\$ 3,6 bilhões no período. Descontada essa despesa, as contas da União fecharam com superávit de R\$ 2,1 bilhões. As despesas financeiras da União foram altas em boa parte por causa dos altos juros do mercado brasileiro, mas deveram-se também ao aumento do saldo devedor. E este aumento tem muito a ver com a troca da dívida estadual por títulos federais, de melhor aceitação no mercado.

No ano passado, o governo criou o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, com financiamentos condicionados à adoção, pelos Estados tomadores dos empréstimos, de severas medidas de contenção de gastos. Também agora se diz que haverá exigências. Se, mais uma vez, essas exigências ficarem apenas no papel, o resultado será mais déficit público.